



INTOLERÂNCIA RELIGIOSA CONTRA AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS: uma violência histórica

Abimael Gonçalves Carneiro¹

RESUMO: este trabalho aborda o fenômeno da intolerância religiosa no Brasil, direcionada para as religiões de matriz africana, apresentando o processo histórico de criação do candomblé e da umbanda. Para isso, recorre-se a uma revisão bibliográfica que trata sobre a temática, com intenção de esboçar aspectos que ajudem a conhecer a imagem estigmatizada, demonizada e distorcida que essas religiões carregam desde a suas origens. Assim como expõe as formas de intolerância que persistem até hoje, algo que se faz necessário conhecer, pois vidas são atingidas, e muitas vezes acometidas por violências sejam elas físicas ou simbólicas.

Palavras-chave: candomblé. umbanda. intolerância. violências.

ABSTRACT: this work deals with the phenomenon of religious intolerance in Brazil, directed on religions of African origin, presenting the historical process of creation of candomblé and umbanda. In order to do so, a bibliographical review is proposed that deals with the theme, with the intention of outlining aspects that help to know the stigmatized, demonized and distorted image that these religions carry since their origins. Just as it exposes the forms of intolerance that persist until today, something that becomes necessary to know, since lives are reached, and often affected by violence, be they physical or symbolic.

Keywords: candomblé. umbanda. intolerance. violence.

1 INTRODUÇÃO

A cultura brasileira recebe referências da cultura africana em vários aspectos, na comida, música, arte, religião, entre outros, resultado de uma formação estrutural do país na qual recebeu povos de etnias negras da África. Apesar dessa forte referência na constituição do país, percebe-se uma visão separatista para com os descendes africanos, ao mesmo

¹ Graduando em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Residente Pedagógico. Bolsista CAPES. Email: Abimael.94.alves@gmail.com

**CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade**



**IX Jornada
Internacional de
Políticas Públicas**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20^a a 23 agosto
2019
Cidade Universitária da UFMA
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

tempo em que eles constituem o povo brasileiro, este, cria uma fronteira que delimita espaços dentro da sociedade. O negro é por vezes alvo de discriminações, seja pela cor de sua pele ou por suas práticas culturais, isto é histórico e se apresenta de várias maneiras.

Nas últimas décadas, com a expansão tecnológica dos meios de comunicação, tem-se desvelado muito desses fatos que ferem a dignidade humana pelas mais duras ações violentas, seja ela verbal ou física. Porém muito ainda se esconde por trás do véu da dessa sociedade, e que precisa ser abordado, exposto e problematizado.

O patrimônio de religiosidades afro-brasileiras é muito rico de valores e costumes, no entanto, são desvalorizadas por segmentos da sociedade, sejam eles católicos ou evangélicos, citando as duas denominações de atuação mais densa no país. Por fazerem parte de uma herança cultural que contribuiu para os alicerces de constituição do país, as religiões de matriz africana deveriam ter sua imagem pelo menos respeitada, legitimadas no cenário religioso brasileiro. Por que então, são marginalizadas, degeneradas perante ao meio a qual está implícita suas criações, e ao qual seus criadores ajudaram a constituir? Indagação complexa para se ter uma resposta pronta, pois envolve subjetividades e processos históricos.

Na busca por elementos que ajudem a refletir sobre esse questionamento, inicia-se um percurso cujo o objetivo consiste em apresentar as religiões que se formaram no Brasil (candomblé e umbanda) tendo como referências elementos da religião africana, evidenciando o fenômeno da intolerância religiosa que estes segmentos enfrentam desde as suas origens. Para isso recorre-se a uma revisão de literatura sobre a temática que agrega elementos importantes para a discussão proposta, como os trabalhos de Prandi (2004), Silva (2007) e Santos (2010), além de contribuições conceituas de Bourdieu (2001).

Inicialmente o texto faz uma breve reconstituição do surgimento das religiões de matriz africana no Brasil, apresentando o cenário em que essas manifestações começaram a ganhar forma, no segundo momento há uma abordagem do fenômeno da intolerância religiosa, na qual expõe-se as formas praticadas historicamente e as que persistem na atualidade.

2 RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS, UM HISTÓRICO DE RESISTÊNCIAS

As religiões de matriz africana, assim chamadas para denominar as práticas religiosas desenvolvidas pelos negros no Brasil, são o exemplo da resistência dos povos que foram trazidos para o país no século XVI na condição de escravos. Estima-se que até o fim





do tráfico africano, por volta de 1850, tenham vindo para o Brasil mais de cinco milhões de negros das diferentes partes do continente africano, nos primeiros séculos bantos, e depois sudaneses. Tiveram os seus direitos violados, presos agora a uma sociedade que não os consideravam cidadãos com dignidade, serviram de mão-de-obra escrava nas lavouras, sofrendo os vários tipos de violências, uma das mais cruéis, a perda das origens, das identidades.

Reginaldo Prandi (2000) enfatiza que os casamentos entre nações, a miscigenação com o branco e com o índio, a adoção da cultura nacional, promoveram com intensidade o apagamento das diferentes culturas africanas, resultando este processo em grupos genéricos como nagôs, jejes, angola, etc. Tem-se a unificação de um povo, que na verdade é formado por várias etnias, o negro, assim denominado é parte da África, singularizada.

Com a expansão urbana, em um período em que os negros já gozavam de mais “liberdade”, muitos começaram a se organizar em associações, também chamadas de “organização de nação” para ajuda mútua, lazer, e “era nesses locais, localizados nos subúrbios, que os compatriotas realizavam escondidos as cerimônias religiosas africanas, se preparando também para revoltas” (PRANDI apud BASTIDE, 1974, p. 13). Essa forma de “nação” foi preservada dando origem aos candomblés no Brasil, e mais tarde viria a surgir outra religião na qual aspectos dessa primeira serviram como constituintes. Assim

Por volta da metade do século XIX, com a presença de escravos, negros e libertos e seus descendentes nas grandes cidades, quando a população negra conheceu maiores possibilidades de integração entre si, com maior liberdade de movimento e maior capacidade de organização (...) quando tradições e línguas estavam vivas em razão de chegada recente, criou-se no Brasil o que talvez seja a reconstituição cultural mais bem acabada do negro no Brasil, capaz de preservar-se até os dias de hoje: a religião afro-brasileira (PRANDI, 2000, p. 59).

Os grupos de negros nas diferentes cidades passaram a recriar os cultos religiosos, reproduzindo a religião e outros aspectos da cultura africana, desta forma vários itens começaram ser incorporados, como língua, culinária, artes, representações míticas e concepções religiosas. Chamadas também de religiões afro-brasileiras, suas práticas se configuravam como preservação do patrimônio étnico dos descendentes dos antigos escravos, resistência à escravidão e “aos mecanismos de dominação da sociedade branca e cristã que marginalizou os negros e mestiços mesmo depois da abolição da escravatura” (PRANDI, 2004, p.223).

O Nordeste foi a região onde as religiões afro-brasileiras se formaram, os negros recriaram no Brasil as religiões dos orixás. Exu, orixá mensageiro entre os homens e os deuses, está associado ao poder de fertilização, considerado a força transformadora das



coisas; Ogum, orixá da guerra e do fogo; Oxóssi, orixá da mata, umas das divindades mais populares no candomblé; Obaluaiê, orixá das epidemias; Ossain, deus das folhas no candomblé, do poder medicinal; Xangô, senhor dos raios e do trovão; Oxum, deusa iorobana da água-doce, dos lagos, das fontes e das cachoeiras; Iemanjá, tida como mãe de todos os orixás, deusa das águas, louvada também como rainha do mar, mãe d'água, sereia, lara etc.; Oxalá, orixá da criação, são exemplos de orixás cultuados no país.

Essas divindades são cultuadas pelos integrantes do Candomblé e Umbanda, dois modelos mais conhecidos das religiões afro-brasileira, são religiões tidas como mágicas que pressupõem o conhecimento e o uso de forças sobrenaturais no mundo, organizadas em pequenos grupos congregados em torno de um chefe, que pode ser uma mãe ou pai-de-santo, a autoridade máxima. É comum ouvir a expressão “família de santo” para designar os grupos de culto, que também recebem a dominação de terreiros, fontes vivas de valores, visões de mundo, arranjos estéticos, aromas, sabores, ritmos (PRANDI, 2004).

A classificação candomblé, como é chamado na Bahia, reúne ainda outras religiões tradicionais: Xangô no Pernambuco, tambor de mina no Maranhão e batuque no Rio Grande do Sul. Estas denominações são consideradas mais próximas ao pensamento africano, diferindo em alguns aspectos da Umbanda, esta, de criação mais recente teve origem no início de século XX no Rio de Janeiro, fruto de uma mistura.

Chamada de a “religião brasileira por excelência”, a umbanda juntou o catolicismo branco, a tradição dos orixás da vertente negra, e símbolos, espíritos e rituais de referência indígena, inspirando-se assim, nas três fontes básicas do Brasil mestiço (PRANDI, 2004, p 223).

Além dessas fontes, soma-se a criação da umbanda, referências oriundas do espiritismo kardecista, recém-chegado da França no final do século XIX, e por isso durante um período de tempo, a nova religião recebeu a denominação de espiritismo de umbanda, o que veio a mudar posteriormente, restando apenas o segundo termo. Outros nomes foram utilizados, alguns pejorativos como “baixo espiritismo”, ou até mesmo “macumba”, este último é geralmente utilizado, de forma errônea, para designar o rol das religiões de matriz africana.

As duas religiões, candomblé e umbanda, criações brasileiras, logo se espalharam por todo o país, encontrando ao longo dos seus desenvolvimento e crescimento desafios constantes. Desde do início se fizeram sincréticas, havendo a existência de paralelismos entre as divindades africanas e os santos católicos, adotando aspectos desse segmento para poderem existir em um país de religião oficial católica, onde qualquer outro culto que não fosse o católico, era condenado, marginalizado e criminalizado.



No entanto, o candomblé passou por um processo de africanização na segunda metade do século XX, correspondendo a um movimento de recuperação das raízes culturais como o aprendizado das línguas africanas que se perderam no tempo, e recuperação da mitologia dos deuses africanos. Nesse movimento destaca-se o processo de “dessincretização”, abandono de símbolos, práticas e crenças católicas, o que contribuiu para que o candomblé se tornasse uma religião autônoma. Prandi (2000) ressalta que a partir desse movimento a possibilidade de escolher o candomblé como religião deixa de ser do negro, abre-se dessa forma a religião afro-brasileira para todos os brasileiros, de todas as origens étnicas e raciais.

A Umbanda não passou por esse processo de descatolização, permanecendo as referências católicas “nos ritos da umbanda, as preces católicas e a invocação de Jesus, Maria e Santos da igreja nas letras dos cantos sagrados continuam indispensáveis” (PRANDI, 2004, p. 228). No início da religião muitos até se denominavam católicos devido ao contexto de estigmatização e preconceitos, assim as preces, devoções e valores católicos foram assimilados e continuam fazendo parte das práticas religiosas umbandistas.

3 SOB ATAQUES, VIOLÊNCIAS E DEMONIZAÇÃO

Desde o seu surgimento, as religiões afro-brasileiras foram alvos de ataques das mais diversas formas, tiveram seus cultos perseguidos, suas práticas religiosas criminalizadas, reflexos de um regime escravocrata que ainda persistem nos tempos atuais. Um histórico de luta pela existência, esta, marcada por preconceitos e discriminações, a não aceitação do diferente, da cultura negra africana. Tudo isso configura intolerância, a não prática da tolerância, que significa a convivência com comportamentos, ideias e discursos diferentes e requer que alguns princípios de convivência sejam respeitados (Sanz, 2012).

Para Fernandes (2017) a intolerância religiosa pode ser entendida como uma prática marcada pelo não reconhecimento da veracidade de outras religiões, assim está relacionada com “a incapacidade dos indivíduos em compreender crenças diferentes das suas, e nos casos concretos de manifestações de intolerância no campo prático” (FERNANDES, 2017, p. 124). É com o entendimento deste conceito atribuído ao fenômeno, que se busca apresentar formas e casos de intolerância religiosa a qual o segmento das religiões afro-brasileiras sofreram e sofrem na sociedade moderna.



As ações de desrespeito, agressões físicas e verbais, ataques aos espaços de culto, e demonização das divindades cultuadas, são exemplos de intolerância religiosa que persistem no cenário afro-religioso. São ações que estão presentes desde o período colonial.

Os preconceitos e ações contra esse grupo, o de praticantes das religiões afro, em todos os países americanos em que essas religiões são praticadas, tem a ver com a formação da estrutura estatal sob a colonial modernidade, visto que, para o colonizador, evangelizar as populações submetidas (indígenas e africanos escravizados) era parte fundamental da empreitada colonial (FERNANDES, 2017, p. 118).

Na sociedade colonial as práticas religiosas dos negros eram vistas principalmente como “magia”, “feitiçaria” e “curandeirismo”, algo que estava relacionado ao mal, e precisava ser combatido, assim, a principal perseguição desta época era por parte da igreja católica, e depois veio a se estender a outros segmentos da sociedade. No Brasil república é bem visível a criminalização das práticas religiosas, nesse período cria-se mecanismos para regular, ou melhor, combater os chamados “feiticeiros”, agora condenados pelos crimes contra a saúde pública, como apresentam os artigos do Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890:

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública.

Art. 158. Ministras, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício do denominado curandeiro.

Por um longo período de tempo as práticas religiosas de matriz africana, que são um misto de elementos complexos, envolvendo magia, culto a divindades, rituais, e uso alternativos para a cura, sem citar outros vários aspectos, fez com que a sua existência fosse repleta de estigmas, muitos institucionalizados, como visto. Na atualidade as discriminações continuam, mas sobre uma nova roupagem, e amplamente percebida nos vários espaços, sejam eles públicos ou privados.

Com a expansão dessas religiões a partir da segunda metade do século XX, tem-se também o aumento das ações discriminatórias, vistas principalmente sobre as formas de discursos de ódios, agressões físicas aos praticantes, destruição de templos de cultos, causando impactos sobre a vida dos indivíduos, que apesar de terem garantidos a liberdade de crença e exercício de culto pela constituição federal de 1988, continuam tendo suas vidas atingidas por esse fenômeno.

O Relatório sobre Intolerância e Violência religiosa (RIVIR), de abrangência nacional, reunindo dados do período entre 2011 a 2015 gerados a partir de levantamento dos principais jornais escritos dos 27 estados brasileiros, principais portais de notícias virtuais e revistas de notícias jornalísticas, aponta que as religiões de matriz africana são as mais atingidas.

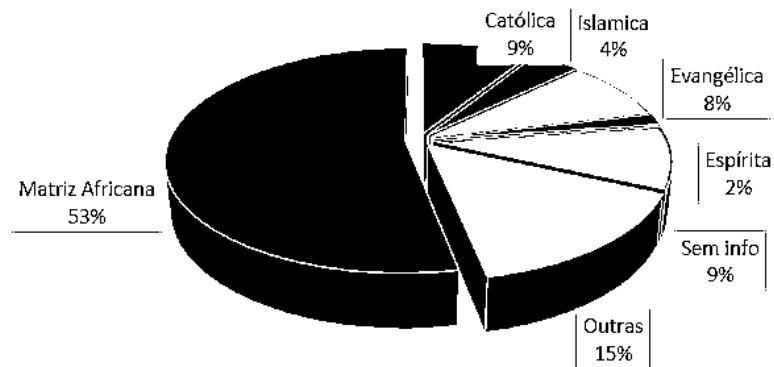


Gráfico 1- Religiões das vítimas nas reportagens

É notável a grande diferença entre a porcentagem de ações contra as religiões de matriz africana em relação as demais, o que merece atenção por parte da sociedade para esse fato, causador de danos irreparáveis. Sobre o perfil das vítimas e agressores, o relatório aponta que “há predominância de fiéis de matriz africana entre as vítimas e uma maioria de agressores não identificados, com predominância de evangélicos entre os identificados” (RE VIR, 2016, p. 52). Parece haver a partir dessas informações, uma relação de tensão entre esses dois grupos, o que pode ser visto em exemplos de intolerância que partem de segmentos como o neopentecostal.

O relatório após levantamento e análise dos dados chegou a uma lista de temas abordados pela mídia escrita nacional sobre intolerância religiosa que englobam casos de agressões físicas; ataques a imóveis e/ou objetos simbólico-sagrados; ataques via mídias, redes sociais; no cotidiano; casos de racismo; intolerância na escola; conflitos no ambiente de trabalho, entre outros. Na categoria de agressões físicas, foram encontradas 95 notícias de casos, identificados oito assassinatos causados por motivação religiosa, deste total, quatro mortes foram de lideranças do candomblé, em Londrina/PR e em Manaus/AM. Vinte e seis assassinatos de pais de santo foram retratados por veículos de comunicação, em dois dos casos há indícios como a quebra de imagens, símbolos religiosos, que pode se tratar de um crime de intolerância.

Outros ataques partem de segmentos religiosos como o neopentecostalismo, que trava uma “guerra santa” contra as religiões afro-brasileiras, tanto em seus cultos, como nos meios de comunicação, chegando à literatura religiosa, um verdadeiro arsenal contra o



“demônio” que constantemente é associado as religiões que cultuam os orixás. A principal representante neopentecostal no Brasil é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), esta é alvo de várias ações por crimes de intolerância pelos constantes ataques a outras denominações religiosas, principalmente as de matriz africana.

O exemplo mais visível está no caso repercutido nacionalmente, “Mãe Gilda”, após uma publicação da Folha Universal, publicação da Igreja Universal do Reino de Deus, em 1999, Gildásia dos santos, conhecida como Mãe Gilda, teve sua imagem estampada ao lado de uma publicação com a manchete “Macumbeiros Charlatões Lesam a Bolsa e a Vida dos Clientes — O Mercado da Enganação Cresce no Brasil, mas o Procon Está de Olho”. Depois desse episódio a mãe de santo passou a ser alvo de ataques, chegando ao ponto de seu terreiro ser invadido por membros de uma igreja que tentaram “exorciza-la”. O ocorrido abalou a religiosa profundamente, entrando a mesma com uma ação judicial contra a IURD, mas pouco tempo depois veio a falecer de um infarto fulminante em consequência do agravamento de seu quadro de saúde causado pelo acontecimento, segundo informações da família. Diante disso, mobilizações se disseminaram pelo país, a causa da intolerância religiosa foi sendo debatida chegando a criação do dia Nacional de combate a intolerância religiosa por meio da Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007, sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. A mãe de santo se tornou símbolo da luta de resistência no combate a intolerância religiosa.

Vagner Gonçalves da Silva (2007), aponta que a primeira publicação da Igreja Universal foi a revista “plenitude”, criada logo após a sua fundação, e desde o seu primeiro número o ataque a Umbanda e ao Candomblé faziam parte das matérias principais. O antropólogo, enfatiza ainda, que a visão demoníaca dessas religiões disseminada pelo neopentecostalismo já fazia parte do movimento pentecostal, “a cura, sendo uma das partes constitutivas do ritual da benção aos doentes servia para mostrar a vitória de Deus sobre o demônio, geralmente identificado com a Umbanda e candomblé” (SILVA, 2007, p. 209). Mas nessa época não se tinha tão explícito a convocação do “exército de cristo” para a “guerra santa”, hoje marcada pelo ataque verbal e até mesmo físico.

O livro “Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?” lançado em 1997, de autoria do bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal, difundido pelo país, com mais de 4 milhões de exemplares vendidos, apresenta um discurso demonizador contra essas religiões “Macedo ao atribuir as religiões afro-brasileiras e mediúnicas a categoria de “obras do demônio”, cria um estigma que é atribuído aos seguidores desses sistemas religiosos, contribuindo assim para práticas de intolerância religiosa” (SANTOS, 2010, p.97). Aqui o ação



se estende ao espiritismo kardecista, citado em vários pontos do livro pelo bispo. No prefácio tem-se que

Neste livro, denuncia as manobras satânicas através do kardecismo, da umbanda, e do candomblé e outras seitas similares, coloca a descoberto as verdadeiras intenções dos demônios que se fazem passar por orixás, exus, erês, e ensina a fórmula para que a pessoa se liberte do seu domínio (MACEDO, 2000, p. 3)

Alvo de várias críticas por parte de grupos religiosos, a obra recebeu ações na justiça, o que gerou um longo processo, fato que veio a interromper a comercialização do mesmo, mas que depois foi liberado, e repercute até os dias atuais. Santos (2010) ressalta que o desfecho do discurso demonizador identificado como “guerra santa” ou mesmo como intolerância religiosa contribui para a continuidade de perseguições que as religiões afro-brasileiras vêm sofrendo há muitas décadas por parte de cristãos, católicos ou evangélicos.

São inúmeros casos de intolerância que ocorrem cotidianamente, nas suas várias formas de discriminações, porém muitos não são notificados e não ganham divulgação na grande mídia. Um dos casos que nos últimos anos repercutiu bastante na mídia nacional foi o caso da menina Kaylane Campos de 11 anos que levou uma pedrada na cabeça depois de sair de um culto de candomblé, na Penha, zona norte do Rio de Janeiro, a menina chegou a desmaiar depois da agressão sofrida. Os agressores momentos antes do ato teriam xingado e provocado os adeptos do candomblé que estavam vestidos de branco, a qual a menina estava junto. O crime foi registrado como intolerância religiosa e lesão corporal e ganhou as manchetes por tamanha violência. Na internet foi organizado um abaixo assinado com mais de 45 mil assinaturas, reivindicando ao governo federal a realização de campanhas a favor da liberdade religiosa, o que veio acontecer posteriormente em 2016.

A depredação dos espaços de culto das religiões afro-brasileiras, os terreiros, aparecem nos dados do RIVIR como o tipo de intolerância que mais foi noticiado pelos meios de comunicação, ocupando 24% dos casos, em seguida aparecem as agressões com 23%, são notificados ainda casos de racismos nos vários âmbitos da vida cotidiana, como trabalho e escola.

É visível, a partir desses poucos exemplos citados, a existência de uma violência direcionada, seja ela física ou simbólica. Esta última, remetendo ao conceito de Pierre Bourdieu, sociólogo francês, na qual a violência simbólica é o meio exercido pelo poder simbólico, configurado como um poder invisível, mas que é exercido, “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)” (BOURDIEU, 2001, p 9). Deste modo a violência simbólica se apresenta como uma forma para assegurar a dominação de uma classe sobre outra, aqui



o sentido de classe é posto como se tratando de posições diferentes. Para o autor as diferentes classes estão envolvidas numa luta simbólica para imporem a definição de um mundo social conforme seus interesses e imposições sociais, e é nos conflitos simbólicos do cotidiano que esta luta ocorre.

Ao sofrerem violência simbólica, pode-se dizer que as religiões de matriz africana podem ser apresentadas como “dominadas”, isto partindo da ação exercida por um segmento que goza de legitimidade social no campo religioso cristão, cujo o resultado da “guerra” é uma relação de forte oposição, na qual o discurso demonizador cria uma imagem distorcida das religiões “dominadas”.

4 CONCLUSÃO

Fruto de uma reconstituição de culturas negras do continente africano no Brasil, as religiões afro-brasileiras ou religiões de matriz africana, de culto aos orixás, representam uma luta histórica de resistência, da existência de um povo, unificado por um sistema, que passou a coibir as suas práticas culturais de origem. Como forma de resistir as imposições, os negros recriaram os cultos religiosos da África reproduzindo também outros elementos, o que veio a constituir uma cultura africana no Brasil, na tentativa de preservar fragmentos das suas origens da qual foram arrancados bruscamente, surgindo primeiro o candomblé e mais tarde a umbanda, esta, considerada a religião brasileira por excelência, devido reunir elementos do catolicismo branco, culto ao orixás, da vertente negra e símbolos e práticas rituais indígenas, fontes de um Brasil mestiço.

Desde a sua origem, até os tempos mais atuais, os praticantes deste segmento religioso são alvos de discriminações e ataques, o que caracteriza fenômeno de intolerância religiosa, hoje considerado crime, um grande avanço perante a realidade conflituosa do campo religioso. Marginalizadas e criminalizadas por suas práticas religiosas, umbanda e candomblé continuam sendo alvo de ações intolerantes, mesmo depois de a liberdade de crença e de exercício de culto serem garantidos pela Constituição Federal de 1988. Antes, a principal repressora era a Igreja católica, atualmente percebe-se um discurso demonizador partindo de uma parcela do neopentecostalismo, nos cultos, nas mídias e na literatura evangélica, exemplo disso o livro “Orixás, caboclos e guias, deuses ou demônios?”. Há ainda manifestações de intolerância religiosa, como as depredações aos terreiros, aos símbolos religiosos, chegando mesmo ações violentas, agressões físicas, mortes e violências



simbólicas partindo não só de agentes evangélicos mais da sociedade na sua forma mais geral.

A falta de conhecimento sobre essas religiões ainda é um dos pilares que sustentam a ocorrência de práticas intolerantes, assim, se faz preciso a criação de políticas públicas que garantam assistência a esse segmento religioso, de forma a contribuir para amenização do problema, por meio de ações práticas que propaguem conhecimentos adequados sobre a cultura africana e as religiões afro-brasileiras.

Os exemplos citados no corpo deste trabalho são uma pequena amostra de uma face do cenário religioso conflituoso, comprovam a existência de um fenômeno histórico social que ainda existe no país, presente nos vários espaços da vida cotidiana, a intolerância, a não aceitação do outro, do diferente. Apesar de muitos estudos serem encontrados na literatura, o que indica uma preocupação por parte de pesquisadores com a temática, é preciso ainda a atualização desses estudos, principalmente com o aumento das formas de ataques na era da internet.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Código penal dos estados unidos do Brasil. **Câmara dos deputados**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 27 fev. 2019.

BUSTO de mãe Gilda é reinaugurado após ser alvo de vandalismo. **G1**, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/11/busto-de-mae-gilda-e-reinaugurado-apos-ser-alvo-de-vandalismo.html>>. Acesso em 25 de fev. de 2019.

FERNANDES, Nathalia Vince Esgalha. A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. **Revista Calundu**. Vol. 1, n. 1, jan-jul, p. 117-136, 2017.
MACEDO, Edir. **Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?**. São Paulo: Unipro, 2000.

MENINA é apedrejada na saída de culto de candomblé no Rio. **UOL**, 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/06/16/menina-e-apedrejada-na-saida-de-culto-de-candomble-no-rio.htm>>. Acesso em 25 de fev. de 2019.



PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. **Revista da USP**. São Paulo, n. 46, p. 52-65, 2000.

_____. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 18, n. 52, set. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300015>. Acesso em: 27 fev.2019.

SANTOS, Valdenice Conceição dos. **O discurso de Edir Macedo no livro Orixás, caboclos e guias, deuses ou demônios?: impactos e impasses no cenário religioso brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências da religião). Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Paulo, 2010.

SANZ, Wagner de Campos. “Discriminação, Preconceitos e Intolerância”. In MORAES, C. C. P.; LISBOA, A. S.; OLIVEIRA, L. F. (Orgs). **Educação para as Relações Etnicorraciais**. Brasil. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Universidade Federal de Goiás. 2 ed. – Goiânia: FUNAPE: UFG/Ciar, 2012.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS (SDH). **Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil (2011 – 2015): resultados preliminares**. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos; organização Alexandre Brasil Fonseca, Clara Jane Adad. – Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, SDH/PR, 2016.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira**. São Paulo: Selo negro, 2005.

_____. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil. **MANA**, v.13, n. 1, jan. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132007000100008>. Acesso em: 28 fev. 2019.

TEXEIRA, Cláudia dos Santos. **Extra, extra: a intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana abordada no jornal online O globo e no site G1 nos anos de 2012 a 2016**. Trabalho de conclusão de curso (Monografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Porto Alegre, 2018.